

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.764 - SP (2019/0193018-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE** : MUNICIPIO DE MAIRINQUE  
**PROCURADOR** : RAFAEL PEREIRA DA SILVA - SP356527  
**AGRAVANTE** : DECIO MOLINO  
**AGRAVANTE** : MARILZE RUTH DE CAMPOS MOLINO  
**ADVOGADOS** : WELLENGTON CARLOS DE CAMPOS - SP080469  
FLÁVIA MACHADO BARBOSA DE ASSIS - SP249329  
MARIO MARCIO DE ANDRADE FERREIRA - SP346759  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de dois Agravos de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto (art. 105, III, "a" e "c", da CF/88) contra acórdão assim ementado (fls. 509-522, e-STJ):

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LOTEAMENTO IRREGULAR.**

Projeto de implantação de loteamento urbano no bairro Olhos d'Água. Parcelamento irregular do solo. Aplicabilidade no caso da Lei n. 6.766/79.

Pretensão visando à condenação da municipalidade na obrigação de promover a regularização do núcleo habitacional e a reparação dos danos dos adquirentes excluídos do loteamento. Responsabilidade do Município. Dever constitucional de fiscalização da ocupação do solo urbano e seu parcelamento. Art. 30, VIII, da Constituição Federal c/c art. 40 da Lei Federal n. 6.766/79. Multa fixada de forma proporcional. Sentença mantida. Recursos conhecidos e não providos.

Sustenta o Município, em Recurso Especial (fls. 694-704, e-STJ):

No caso presente, inexistente qualquer embasamento legal para a condenação solidária do ora recorrente com o loteador. Nem se alegue que o artigo 38 da Lei n. 6.766/1979 atribuiria qualquer espécie de responsabilidade ao Município na regularização de loteamento ilegal:

(...)

Pelo exposto, requer-se o recebimento, processamento e o provimento do presente recurso, para a reforma do v. acórdão proferido pelo E.Tribunal paulista, para excluir o recorrente do polo passivo da ação, ou, não sendo esse o entendimento, julgar o pleito improcedente em relação ao Município, diante da inexistência de lei que ampare a imputação de responsabilidade solidária ou subsidiária a este ente público quanto à regularização de loteamentos.

Sustentam as partes, em Recurso Especial (fls. 712-730, e-STJ):

Desse modo, conforme restará demonstrado no presente recurso especial, o v. Acórdão recorrido ao assim decidir quanto à venda das "chácaras", contrariou o próprio Estatuto da Terra, lei 4.504/64, o decreto subsequente nº 59.428/66, Lei 58/37 (registros), o artigo 8º NCPC, 21 da LINDB, especialmente o princípio da segurança jurídica inserido nos incisos XXXVI, XXII e caput do artigo 5º da Constituição Federal.

(...)

O v. Acórdão ora recorrido entende o empreendimento em questão como clandestino e de área urbana, sem levar em consideração que o seu desmembramento e as alienações foram efetivados em 1997 sob a égide ainda da Lei 58/37 e pelo Estatuto da Terra, que regulamentava o parcelamento de solo das áreas rurais naquela época.

(...)

Vejam Excelências, após 20 anos da venda das Frações rurais em questão, os recorrentes terão que arcar com as obrigações impossíveis relacionadas no artigo 4º da lei 6766/79, legislação esta que trata especialmente da área urbana, sendo que na época dos fatos a área era considerada rural.

Sem contrarrazões.

Sobrevieram ambos os juízos de admissibilidade negativos da instância de origem (fls. 743-745 e 746-747, e-STJ), o que deu ensejo à interposição dos dois Agravos ora julgados (fls. 750-761 e 763-785, e-STJ).

Contraminuta às fls. 790-798, e-STJ.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos ingressaram neste Gabinete em 20.11.2019.

Ambas as irresignações não merecem prosperar.

Nos dois recursos, as partes agravantes deixam de observar a determinação do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, pois não combatem os fundamentos do mérito de suas respectivas decisões recorridas, que não conheceram dos Agravos em Recurso Especial seja por deixar de preencher os requisitos quanto à letra "c" do pmissivo consitucional ou por ausência de indicação de dispositivos de lei federal e, por fim, por incidência da Súmula 7/STJ.

A iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou a compreensão de que não se conhece de Agravo contra decisão monocrática que não ataca especificamente os fundamentos da decisão recorrida, de forma a demonstrar que o entendimento esposado merece modificação. Assim, não bastam alegações genéricas em sentido contrário às afirmações da decisão agravada.

Dessa forma, a ausência de impugnação especificada faz incidir na espécie a Súmula 182/STJ, que está em consonância com a redação atual do CPC

em seu art. 1.021, § 1º: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Nessa linha, os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. (PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTARIA DO DETRAN QUE INSTITUIU O MANUAL DE PROCEDIMENTO DE REGISTO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS. GRAVAME DE RESERVA DE DOMÍNIO. ANOTAÇÃO QUE SÓ PODE SER CONSIGNADA EM FAVOR DO ANTERIOR PROPRIETÁRIO. EXIGÊNCIA LEGAL. ART. 123, I, DO CTB. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUMULA 282 E 356 DO STF). FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. Revela-se inviável a análise do Agravo Regimental, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada, in casu, a ausência de prequestionamento do dispositivo legal apontado como violado ante a incidência inarredável da Súmula 182 do STJ, que preceitua o seguinte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." 2. Agravo Regimental não conhecido. (AgRg no REsp 753.564/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2007, DJ 21/05/2007 p. 545)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. CONTESTAÇÃO NÃO APRECIADA. MEDIDA CAUTELAR. INCIDENTE PROCESSUAL.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada torna inviável o agravo regimental. Aplicação da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

1. É manifestamente inadmissível o agravo cujas razões recursais não atacou o fundamento da decisão impugnada, ante à ausência de pressuposto recursal genérico.

2. Incidência da Súmula 182/STJ.

3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 840.007/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2007, DJ 18/05/2007 p. 319)

CREDITAMENTO DE ICMS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL SÚMULA Nº 07/STJ. ARGUMENTO NÃO REFUTADO. SÚMULA Nº 182/STJ.

I - O agravante, em suas razões recursais, não atacou o da decisão turmária importaria no óbice da súmula 7/STJ, e verificando que tal

fundamento é suficiente de per si para a inadmissão do agravo, tem-se inviabilizado o seguimento do agravo de instrumento, haja vista o teor da súmula 182/STJ.

II - Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 752.308/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/03/2007, DJ 26/04/2007 p. 217)

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 182 E 211/STJ.

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo" (Súmula 211/STJ).

2. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

3. Agravo regimental improvido. (AGRESP 849.848/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/2006, DJ 16/10/2006 p. 355)

**Especial.** Por tudo isso, **não conheço de ambos os Agravos em Recurso**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Herman Benjamin  
Relator